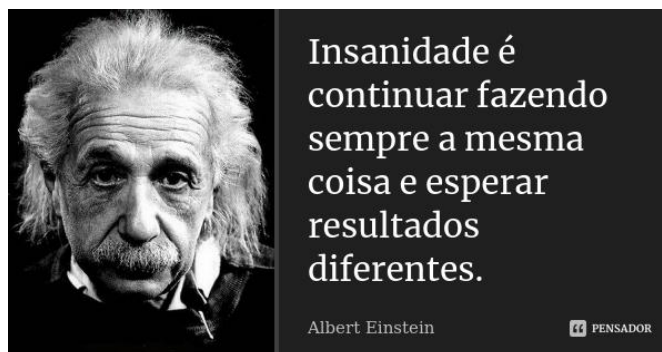


Propostas para o Espírito Santo

#Rose19

Por um Espírito Santo mais humano



Este documento proporá diretrizes programáticas gerais para um novo ciclo de gestão pública estadual no Estado do Espírito Santo, no qual se buscará realizar as mudanças necessárias, através de um diálogo plural e amplo, mas também aproveitar e propor o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas.¹ Para tanto, será apresentado logo adiante um diagnóstico realista de aspectos relevantes da vida capixaba. O documento não é uma peça fechada, acabada, mas algo em construção e aberto ao diálogo com os anseios e as potencialidades capixabas. Ao longo da realização das reflexões que serão apresentadas, contamos com a colaboração de diversas pessoas que atuam em distintas áreas do conhecimento humano. Desde já, destacamos o contexto de dificuldades em relação aos desafios que enfrentamos coletivamente como capixabas e brasileiros.

O quadro geral na contemporaneidade é bem complexo e desafiador.² Segundo apurou o Datafolha, 62% dos brasileiros entre 16 e 24 anos desejam viver no exterior. A metade dos entrevistados entre 25 e 34 anos quer morar fora. Em síntese, quanto mais alta a classe social do indivíduo, maior é o desejo de morar em outro país. Para que uma ordem civilizada se estabeleça e desenvolva, é necessário que os compromissos sejam frequentemente repactuados, pois a barbárie sempre paira como ameaça. Desigualdades

¹ Programas “Pacto pela aprendizagem” e “Simplifica ES”, por exemplo.

² Para maiores detalhes, recomendamos o livro “A metamorfose do mundo” (Zahar, 2018), de Ulrich Beck, ou no livro “O retorno do pêndulo” (Zahar, 2017), de Zygmunt Bauman e Gustavo Dessal.

sociais e violência não podem crescer indefinidamente sem que a pulsão de morte ganhe a batalha contra as pulsões de vida.

O mal-estar contemporâneo inclui ainda problemas sociais de depressão, um misto de desinteresse pelo mundo com descrença em si mesmo.³ Entre as características dessa depressão, destaca-se uma estreita relação entre a insegurança e o risco do desemprego. Nesse contexto problemático, em um instigante ensaio publicado no jornal “Folha de S.Paulo”, o historiador Rafael Cariello trouxe algumas reflexões oportunas sobre como a excessiva concentração de poder na política esvazia o interesse pela vida democrática. Sintetizando o argumento, “ao concentrar poder nas mãos de poucos, o sistema afasta os cidadãos e produz falta de compromisso com a coisa pública”.⁴ Seria, portanto, bem espantoso se os brasileiros e as brasileiras não se sentissem alienados das decisões que lhes dizem respeito. Precisamos aprofundar o caráter democrático da gestão pública e motivar a participação cidadã na política. Valorizar, reorganizar e oxigenar os conselhos estaduais no Espírito Santo são ações necessárias. Descentralizar ações e buscar maior parceria com os municípios também se mostra um bom caminho.

Convidamos os interessados em debater os rumos do nosso querido Estado do Espírito Santo a contribuir para a construção democrática de um novo momento. A política é a ferramenta democrática, histórica e valiosa de diálogo para a construção de acordos em prol da coletividade. Juntos, podemos sempre mais!

O Espírito Santo e os seus desafios

A pobreza avançou no Estado do Espírito Santo desde 2015. O IBGE mostrou que há 884.864 pessoas vivendo na pobreza entre nós, o que equivale a mais do que toda a população do Acre.⁵ Em decorrência de desdobramentos da crise econômica, política e institucional nacional, o Espírito Santo foi afetado. Desde o início da recessão brasileira, iniciada no segundo trimestre de 2014, algo bem noticiado na imprensa e que coincidiu com a forte queda dos preços internacionais das *commodities*, estava claro para muitos que um forte ajuste fiscal contracionista, conjugado com a política de juros altos, só

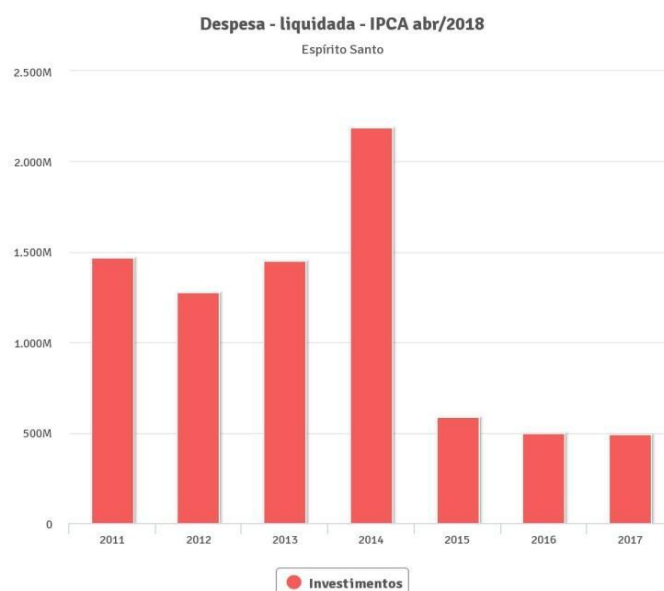
³ SAROLDI, Nina. **O mal-estar na civilização**: as obrigações do desejo na contemporaneidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁴ https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/concentracao-de-poder-na-politica-esvazia-interesse-pela-vida-democratica.shtml?utm_source=twitter

⁵ De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2017, divulgada pelo IBGE.

agravaria os problemas vividos pelas pessoas menos favorecidas.⁶ Muitos negócios foram afetados, principalmente os micro, pequenos e médios, que sustentam a maioria dos empregos.

O Espírito Santo empobreceu e as receitas dos seus municípios retrocederam ao patamar de 2010.⁷ Dificilmente se poderia dizer, fora da publicidade oficial, que houve grandes avanços na qualidade dos serviços públicos estaduais prestados à população. Seguindo de forma mais ortodoxa o que se passava no Brasil, o governo capixaba exagerou na dosagem do aperto fiscal a partir de profundos cortes nos investimentos públicos. Muitas obras públicas foram interrompidas, empregos foram cortados e o consumo caiu, impactando nos negócios e na arrecadação dos municípios inclusive.



Fonte: <http://comparabrasil.com/estados/>

Matéria publicada *online* na CBN Vitória, em 04/12/2017, apontou o reconhecimento de que a queda dos investimentos nos municípios prejudicou os serviços públicos básicos.⁸ O investimento costuma ser o item do gasto público com maior efeito multiplicador na

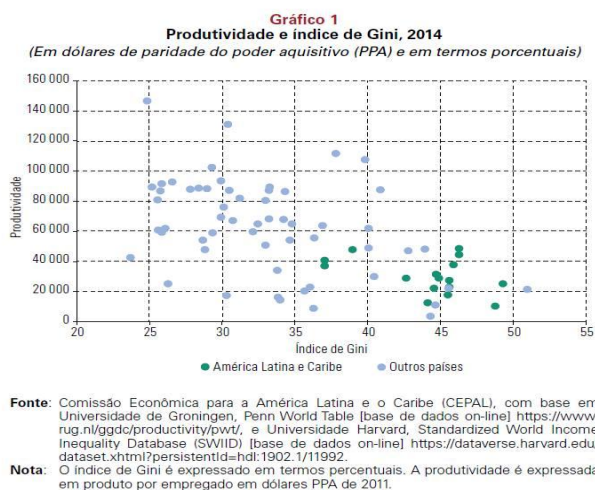
⁶ Para uma discussão mais aprofundada, recomendamos o livro da economista e professora Laura Carvalho, “Valsa brasileira” (Todavia, 2018) e também o livro “Política fiscal e ciclos econômicos” (Elsevier: FGV, 2017), do economista e pesquisador Manoel Pires.

⁷ <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/07/receita-dos-municipios-capixabas-cai-ao-patamar-de-2010-1014081597.html>

⁸ http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/12/queda-de-investimentos-prejudica-servicos-basicos-no-espírito-santo-1014109847.html

economia. Segundo ponderou o economista e professor Nelson Barbosa, “o reequilíbrio das contas públicas é condição necessária, mas não suficiente, para a retomada do desenvolvimento no Brasil”.⁹ Manoel Pires, economista e pesquisador, afirma que observando a questão a partir do crescimento de longo prazo, o investimento “é o item do gasto público com maior efeito sobre a produtividade da economia”.¹⁰

Como alerta, destacamos que, de acordo com José Antonio Ocampo, Eduardo Bastian e Marcos Reis, a falta de mudança econômica estrutural entre 2003 e 2014 gerou a baixa perspectiva de desempenho para a América Latina no futuro próximo.¹¹ Felizmente, esse importante debate progressista sobre a real necessidade de diversificação, sofisticação e elevação da intensidade tecnológica da estrutura produtiva está ocorrendo no Espírito Santo. Desigualdades sociais disfuncionais são capazes de gerar incentivos contrários à inovação e ao investimento.¹² Afinal, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), “é mais provável que a distribuição da renda ajude a expansão da demanda num país cuja estrutura produtiva é mais diversificada e competitiva. Assim, a tradicional visão keynesiana sobre distribuição e demanda efetiva é complementada com a visão schumpeteriana sobre inovação e capacidades”.¹³



⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2018/08/cuidado-com-os-sofistas-tributarios.shtml>

¹⁰ <http://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/evolucao-dos-investimentos-publicos-1947-2017>

¹¹ <https://ojs.uniroma1.it/index.php/PSLQuarterlyReview/article/view/14354>

¹² <https://wir2018.wid.world/>

¹³ https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43569/4/S1800303_pt.pdf

O gráfico acima revela a associação negativa entre desigualdade e produtividade para uma amostra de países. Essa associação não supõe uma direção única de causalidade entre as duas variáveis, pois admite-se que a causalidade provém tanto da desigualdade como da produtividade numa interação complexa. Segundo o objetivo 8.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030 da ONU, deve-se buscar “atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra”.¹⁴ Para a Cepal, a equidade é “uma condição necessária para a eficiência dinâmica do sistema ao criar um ambiente institucional, de políticas e de esforços que prioriza a inovação e a construção de capacidades”. As políticas públicas sociais eficazes são relevantes.

Infelizmente, desde 2015, receitas públicas foram reduzidas por conta da recessão e o Brasil entrou em um complicado círculo vicioso de paralisia. Os números da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam para a concessão de R\$ 406 bilhões em renúncias fiscais em 2017, incluindo os benefícios financeiros e creditícios.¹⁵ No contexto de baixo nível de atividade econômica e dificuldade para cortar despesas obrigatórias, houve a concessão de benefícios para setores econômicos, regiões e até para pessoas físicas. Existem questionamentos qualificados sobre a real eficácia desse tipo de política fiscal.¹⁶ Ajustes fiscais bem-sucedidos tendem a combinar o aumento de receitas com a redução das despesas, em termos relativos e como percentual da renda da economia.¹⁷

Tendo acumulado passivos sociais e ambientais ao longo de sua história, o Estado do Espírito Santo precisa repensar efetivamente os caminhos do seu desenvolvimento. Afinal, é necessário aprender algo com a história e evitar repetir equívocos e caminhos

¹⁴ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

¹⁵ <https://g1.globo.com/economia/noticia/renuncia-fiscal-soma-r-400-bi-em-2017-e-supera-gastos-com-saude-e-educacao.ghtml>

¹⁶ Para maiores detalhes, recomendamos o livro “Vendendo prosperidade” (Campus, 1997), de Paul Krugman, ou o livro “Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo” (Contracorrente, 2017), de Luiz G. Belluzzo e Gabriel Galípolo.

¹⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2018/08/cuidado-com-os-sofistas-tributarios.shtml>

inadequados dos pontos de vistas econômico, social e ambiental.¹⁸ A crise da segurança pública capixaba, em fevereiro de 2017, sinalizou para o fato de que devemos todos estar bem atentos e sensíveis para os problemas acumulados. De acordo com o "Atlas da Violência 2018", documento construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a taxa capixaba de homicídios de negros por 100 mil é de 42,3 e a taxa de homicídios para não negros é de 9,3. Esses números continuam muito ruins no Estado do Espírito Santo, ainda que tenha ocorrido alguma melhora entre 2006 e 2016. Tal quadro afeta o bem-estar dos capixabas e o sentimento de insegurança nas cidades.

Segundo o documento citado, "o crescimento dos homicídios no país ao longo dessas três décadas e meia foi basicamente devido às mortes com o uso das armas de fogo, ao passo que as mortes por outros meios permaneceram constantes desde o início dos anos 1990". Houve deterioração na qualidade dos dados: "Ao analisarmos a evolução das taxas de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) por 100 mil habitantes no Brasil, verificamos que a diminuição observada desde 2009 foi interrompida em 2014, sendo que nos dois últimos anos da série essas taxas vêm crescendo". No Espírito Santo, entre 2006 e 2016, a taxa de mortes violentas por causa indeterminada cresceu 137,8%. Não deveria causar espanto que a produtividade da economia não cresça nesse contexto de violência e que as instituições funcionem insatisfatoriamente para a cidadania.¹⁹

A crise nacional gerou efeitos no Estado do Espírito Santo, que também vivenciou uma grave crise hídrica e a interrupção das atividades da Samarco. Do governo anterior ao atual, mais especificamente entre 2011 e 2018, a população capixaba tem se mostrado muito insatisfeita com a qualidade dos serviços públicos. Segundo pesquisas divulgadas na imprensa, para a nossa população, é como se aquilo que já não era bom tivesse ficado pior com a recessão.²⁰ Vivemos, há muito tempo, o clima de grande insatisfação popular com a qualidade dos serviços públicos estaduais. Nesse sentido, buscaremos realizar um

¹⁸ Uma boa discussão consta no livro organizado por Luiz Carlos M. Ribeiro e outros, "Modernidade e modernização no Espírito Santo" (Edufes, 2015) e também no livro "Economia capixaba" (Phoenix Projetos e Serviços Culturais, 2015), organizado por Arlindo Villaschi Filho.

¹⁹ Uma boa discussão pode ser encontrada em "Instituições, mudança institucional e desempenho econômico" (Três Estrelas, 2018), de Douglass North.

²⁰ Pesquisas da Futura publicadas ao final de 2013 e no começo de 2018 no jornal "A Gazeta", por exemplo.

modelo de gestão sensível à necessidade de melhoria na qualidade dos serviços públicos e que seja cumpridor de planos de investimento, que ainda contará com mais recursos e programas federais.



O Brasil vive ainda um momento bem delicado. Ao deixar em 2014 a lista de países que possuem mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. No entanto, após três anos, um relatório de vinte entidades da sociedade civil, publicado em julho do ano passado, já alertava sobre os riscos de o país retornar ao mapa indesejado.²¹ Entre nós, brasileiros e capixabas, é fato notório que a recuperação econômica não se realizou efetivamente na vida das pessoas. Com expressivas capacidades ociosas em diversos setores produtivos, os crescimentos do desalento e da informalidade travaram a elevação da “desocupação”.

²¹ <https://apublica.org/2018/07/a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase/>

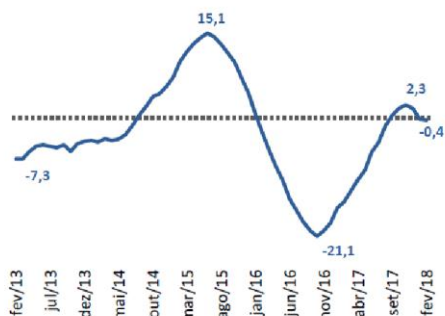
Segundo o IBGE, o rendimento médio real por pessoa ocupada no Espírito Santo nos três primeiros meses de 2018 foi de R\$ 2.013 e a média no País foi de R\$ 2.169. O resultado do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) demonstrou a falta de confiança dos industriais capixabas e nacionais na economia.²² A retomada brasileira tem se mostrado frágil e não é diferente o quadro capixaba.

Taxa de Desocupação (%) - Brasil e Espírito Santo



Fonte: PNAD / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findex

Gráfico 10 - Produção Física Industrial no Espírito Santo, acumulado em 12 meses (%)



Fonte: PIM-PF / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findex

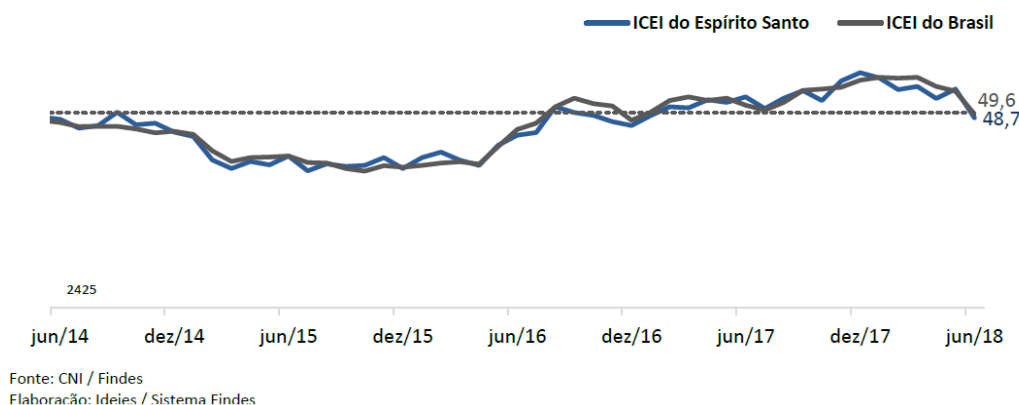
Gráfico 11 - Produção Física Industrial no Espírito Santo, mês contra mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PIM-PF / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findex

²² https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Boletim_Junho.pdf

Gráfico 16 - Índice de Confiança e de Expectativas do Empresário Industrial- Brasil e Espírito Santo



Dialogar abertamente, aceitando o saudável convívio com o contraditório para buscar visões fora da zona de conforto pessoal e do tradicional grupo de amigos, se mostra a atitude democrática recomendável para trilharmos efetivamente novos caminhos no Estado do Espírito Santo. Viver frequentemente em ambientes de elogios fáceis ou em isolamento não costuma ser recomendável porque tal atitude política não considera a pluralidade e a diversidade das perspectivas sociais existentes.

Em um novo ciclo de gestão estadual, mais democrático, participativo e inclusivo do ponto de vista social, será preciso melhorar efetivamente a qualidade da articulação estadual com o governo federal para trazermos mais recursos para o nosso querido Espírito Santo. Para o curto e o médio prazo, será preciso empregar maiores esforços na redução da sonegação fiscal e ajudar os municípios a modernizarem suas arrecadações tributárias para ampliarmos os espaços fiscais capixabas.²³ Também será necessário melhorar o monitoramento e a qualidade das políticas públicas estaduais, avaliando-as frequentemente e garantindo a sua devida transparência para a sociedade. Um novo ciclo de desenvolvimento, mais inclusivo do ponto de vista social e ambientalmente sustentável, precisará contar ainda com políticas públicas de apoio a micro, pequenos e médios empreendimentos de base tecnológica e de economia criativa.²⁴ Essas empresas representam fontes importantes de emprego e renda no mundo. Apoiar a elevação das produtividades nessas firmas ajudará a reduzir gradualmente as desigualdades sociais

²³ http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/08/estado-perde-bilhoes-por-ano-com-sonegacao-segundo-auditores-fiscais-1014095586.html

²⁴ <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx> ;
<http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/economia-criativa>

disfuncionais e a sustentar processos de desenvolvimento mais inclusivos, democráticos e meritocráticos.

Valores e pilares para um novo ciclo de gestão

1. Conciliar responsabilidade social com responsabilidade fiscal.
2. Realizar uma gestão democrática e descentralizadora.
3. Construir parcerias para o desenvolvimento, valorizando o diálogo plural e a diversidade.
4. Buscar a melhoria efetiva da qualidade dos serviços públicos para o bem-estar geral dos capixabas.
5. Dialogar e promover uma nova visão estratégica para o desenvolvimento.

Diretrizes gerais

Reiteramos que este documento não é uma peça fechada, acabada, mas algo ainda em construção e aberto ao diálogo com os anseios e as potencialidades capixabas.

- **Um novo estilo de liderança para a gestão pública estadual**

- É preciso dar um salto de qualidade no exercício da liderança política na gestão pública estadual no Espírito Santo.
- Governaremos dialogando democraticamente e de forma descentralizada a partir de projetos e propostas factíveis e não nos deixaremos seduzir por propostas faraônicas que pouco favorecem a população.
- Não iremos nos comprometer com propostas que não possam ser cumpridas.
- Será utilizado politicamente o reconhecimento e a credibilidade política nacional de Rose de Freitas, sua experiência e capacidade de articulação política, para reinserir o Espírito Santo no mapa político nacional e nos planos e programas do governo federal para reforçar as políticas públicas capixabas.
- Sob a liderança de Rose de Freitas, será executada uma permanente articulação política responsável, acima de interesses político-partidários, com os próximos presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com as bancadas federal e estadual do Espírito Santo, prefeitos, empresários, trabalhadores, entidades da sociedade civil e todos os que se dispuserem a ajudar o Estado.

- **Saúde**



- Segundo a pesquisadora Isabela Santos, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, “uma das chaves para melhorar a aplicação da verba está em melhorar a atenção primária da população. Assim, evitaria evolução do quadro clínico do paciente para casos mais graves – com tratamentos caros – e aumentaria a população economicamente ativa. A maior parte dos problemas de saúde é resolvida pela atenção primária”.²⁵
- O efeito multiplicador do gasto público em saúde é estimado de R\$1 para R\$1,70 de produto. A saúde é bem importante para as transformações econômicas, sociais, e políticas de um país, constituindo-se em elemento indutor da melhoria da qualidade de vida da população e da ampliação da autonomia de um país, de tal forma a propiciar o desenvolvimento econômico, social e político sustentável.²⁶
- A importância da articulação da rede de proteção social é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico. Crises

²⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/gastos-publicos-com-o-sus-subiram-785-acima-da-inflacao-em-14-anos-2ye9sa6gdj3ddktjo11zj3fux>

²⁶ COHN, A. (org.) **Saúde, cidadania e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers; Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

econômicas são consideradas períodos de alto risco para o bem-estar mental da população. Desemprego, empobrecimento, endividamento e perdas econômicas estão associados ao agravamento de perturbações depressivas, ansiedade, consumo de substâncias e suicídio.²⁷

- De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada dólar investido em água e saneamento, economiza-se 4,3 dólares em saúde global. O Espírito Santo precisa ampliar a cobertura do saneamento, seja por tecnologias convencionais (Cesan ou por parcerias público-privadas) ou por tecnologias sociais (Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - Prosab²⁸, por exemplo).
- Trabalharemos em sintonia com os municípios para:
 - Ajudar os municípios a estruturar serviços de assistência social.
 - Cuidar melhor da atenção primária.
 - Investir na prevenção e em programas de educação em saúde e promoção da saúde.
 - Incentivar condutas adequadas à melhoria da qualidade de vida.
 - Investir na oferta de água e saneamento.
 - Buscar promover consórcios públicos para avançar regionalmente na média e alta complexidade dos tratamentos de saúde.
 - Retomar o cofinanciamento aos municípios capixabas.
 - Reconstruir e modernizar a Secretária de Estado de Saúde (Sesa) para que ela assuma a função de gestora do sistema estadual de saúde.
 - Remodelar a arquitetura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde para reduzir o seu gigantismo burocrático, de forma a possibilitar economia para investimento e custeio nos municípios e regiões de saúde.
 - Implantar tecnologias de apoio diagnóstico e de telemedicina (telessaúde).²⁹

²⁷ <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/38279/1/A%20saude%20mental.pdf>

²⁸ <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/prosab>

²⁹ <http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/telessaude>

- Integrar políticas públicas para criar a Rede Cidade Saudáveis.
- Captar recursos no governo federal para melhorar a qualidade desses serviços no ES.

- Educação

10 MELHORES ESCOLAS DO ES				
Posição no ES	Posição no país	Escola	Cidade	Nota
1	48	Leonardo da Vinci	Vitória	673,64
2	56	São Domingos	Vitória	670,87
3	63	Ifes de Vitória	Vitória	668,65
4	107	Marista	Vila Velha	656,54
5	135	Darwin	Vitória	652,73
6	170	Darwin	Vila Velha	648,11
7	228	Ifes de Colatina	Colatina	643,64
8	246	Ifes de Aracruz	Aracruz	641,95
9	311	Salesiano Jardim Camburi	Vitória	638,09
10	379	Ifes de Cariacica	Cariacica	633,62

Fonte: A Gazeta (30/06/2018)

- O pesquisador Marcelo Neri, da FGV, detectou que 95% das melhorias de saúde percebida são adquiridas a partir de incrementos na educação. Do ponto de vista do custo de oportunidade, para cada ano de estudo há um retorno de 15% na renda de uma pessoa.³⁰
- Para Ricardo Paes de Barros, do Instituto Ayrton Senna, conforme consta no jornal “Valor Econômico” (02/02/2016), é bem problemático o conceito de “meritocracia” entre nós, pois “sem resolver a desigualdade de oportunidades, ficar falando em meritocracia é piada. Como discutir o mérito de quem chegou em primeiro lugar em uma corrida onde as pessoas saíram em tempos diferentes e a distâncias diferentes?”
- Em “O destino vem do berço?” (Papyrus, 2014), o sociólogo e professor Camille Peugny aponta três lições básicas que podem ser extraídas para diferentes sociedades. A primeira lição do livro diz que é insuficiente melhorar a escolarização para avançar na igualdade de oportunidades (equidade). O segundo ensinamento aponta para a necessidade de investimentos públicos nos primeiros anos de escolarização, aliviando o

³⁰ **Motivos da evasão escolar.** Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2009.

peso da origem social. Por último, a terceira lição versa sobre o papel das políticas públicas. Em um contexto de mérito desigual, que vem do acaso do nascimento, há muitas desvantagens para as classes populares. Peugny sinaliza para a necessidade de se buscar multiplicar, através de políticas públicas, os momentos de igualdade ao longo da vida dos indivíduos. Uma sociedade democrática deve se preocupar efetivamente com os indivíduos fragilizados porque o determinismo do nascimento conspira contra a confiança social nas instituições.

- Buscaremos dialogar com a comunidade escolar, com a sociedade civil organizada, com os coletivos organizados e respeitar os diferentes pontos de vistas das necessidades de funcionamento das escolas da rede.
- Revisitaremos o Plano Estadual de Educação.
- Valorizaremos professores e técnicos escolares (remuneração, bem-estar e condições gerais de trabalho).
- Buscaremos viabilizar um programa de financiamento de moradias para o pessoal da educação.
- Buscaremos realizar convênio de parceria com a rede do Ifes, inclusive para a capacitação de professores e técnicos da rede estadual, a partir de metodologias exitosas, como é o caso do “Lesson Study”, por exemplo, para buscar implementar políticas democráticas de atividades culturais, esportivas e científicas nas escolas.
- Buscaremos melhorar gradativamente a qualidade da infraestrutura das escolas estaduais.
- Buscaremos melhorar gradativamente as notas escolares da rede estadual nos exames oficiais.

- **Segurança pública**



- Investiremos em políticas de assistência social, em parcerias com os municípios, para afastar crianças, adolescentes e jovens de situações de risco.
- Avançaremos nas políticas sociais em áreas necessitadas e, para tanto, buscaremos parcerias com igrejas, ONGs e outras organizações.
- Promoveremos políticas públicas para a juventude, conforme recomenda o “Estatuto da Juventude”³¹.
- Buscaremos valorizar e investir nas polícias Civil e Militar para elevar as suas capacidades de investigação e inteligência.
- Promoveremos políticas de bem-estar para as forças policiais.
- Buscaremos viabilizar um programa de financiamento de moradias para as forças policiais.
- Buscaremos integrar esforços com os municípios.
- Buscaremos soluções legais para enfrentar a superlotação de presídios e a ressocialização de egressos.³²
- Buscaremos efetivar convênios com o governo federal para a realização de investimentos nas áreas citadas.

³¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

³² <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/superlotacao-em-presidios-do-es-chega-a-50-em-2018.ghtml>

- **Agronegócio**



- A agricultura é importante para a nossa economia e o desenvolvimento de regiões do nosso querido interior.
- Buscaremos trabalhar em parceria com os municípios.
- Investiremos em estradas rurais.
- Investiremos na infraestrutura.
- Disponibilizaremos linhas de crédito e assistência técnica.
- Buscaremos investir em reservatórios para a irrigação e iremos estimular melhores práticas em consonância com as recomendações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.³³

³³ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

- **Diálogo e uma nova visão estratégica para o desenvolvimento**

AGENDA 2030 / 17 ODS



- Valorizaremos a diversidade e o diálogo plural e construtivo na gestão.
- Buscaremos seguir as recomendações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda 2030 da ONU.³⁴
- Buscaremos trabalhar para elevar gradativamente a qualidade do gasto público e construir espaço fiscal para um novo ciclo de desenvolvimento, democrático e mais inclusivo do ponto de vista social.³⁵
- Realizaremos um programa de apoio ao desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos de base tecnológica e de economia criativa, firmando parcerias com o Ifes, o Sebrae, o Bandes, a Findes, entre outras organizações, para dar suporte ao respectivo programa, tendo em vista as nossas potencialidades e as tendências tecnológicas globais.
- Buscaremos destravar os gargalos logísticos estaduais, intensificando o diálogo construtivo e acelerando ações com o governo federal.
- Buscaremos realizar e promover ações de governo digital (*e-government*) e cidades inteligentes (*smart cities*) para trazer benefícios nos campos da

³⁴ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

³⁵ Uma boa discussão sobre “espaço fiscal” pode ser encontrada em:

<https://www.imf.org/pt/News/Articles/2018/06/27/blog-economic-preparedness-the-need-for-fiscal-space>

eficiência da administração pública, da desburocratização e simplificação e ainda de melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

- Buscaremos reestruturar o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para fortalecer o seu papel de *think tank* no campo do desenvolvimento.

Cidades, regiões e políticas públicas

Especialistas dizem que estamos vivendo o “século das cidades”. Para os professores de gestão estratégica Joan Ricart e Pascual Berrone, do IESE Business School, “a inovação é essencial para o desenvolvimento de cidades competitivas e sustentáveis. Precisamos fazer coisas de formas diferentes se quisermos resultados distintos, e o desenvolvimento das cidades por meio de gestão inteligente é o caminho”.³⁶ Desafios complexos existem para as cidades brasileiras e bons exemplos internacionais podem nos ajudar, ainda que esses casos não possam ser transpostos para outros contextos de forma simplória e automática. Segundo Ricart e Berrone, “cada cidade precisa desenvolver sua própria visão ou modelo mediante diálogo com todas as partes interessadas” e “cidades precisam desenvolver uma governança inteligente com integração, aproveitando interdependências dentro e fora das prefeituras”.

A globalização é um processo multifacetado, complexo e com repercussões nas vidas das cidades e das pessoas. Esse processo foi acelerado pelas tecnologias de informação e comunicação, que afetam não apenas a mobilidade do capital, mas também a de pessoas, ideias e inovações.³⁷ Políticas públicas influenciam as vantagens competitivas dos lugares em termos produtivos e ainda a qualidade de vida dos seus residentes. Nesse sentido, a cidade assume, portanto, uma importância estratégica nos países devido a fatores de proximidade e de coexistência plural e diversidade, algo fundamental para os processos de inovação. O debate sobre a nova economia das iniciativas locais possui diversas perspectivas teóricas e metodológicas, refletindo a complexidade do assunto.³⁸ Chegou o tempo de fazermos essa discussão. Afinal, as cidades inteligentes devem ser

³⁶ Artigo dos professores publicado no jornal “Valor Econômico”, em 12/07/2016.

³⁷ Uma boa discussão consta no livro do professor Jean-Pierre Paulet, “A mundialização” (Editora FGV, 2009).

³⁸ Merece destaque o conjunto de reflexões do livro de Hassan Zaoual, “Nova economia das iniciativas locais” (Coppe/UFRJ, 2006).

sustentáveis, inovadoras, acolhedoras e humanas.³⁹ Deve-se destacar, nesse contexto, a existência da pragmática metodologia “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, por sua vez, considera, a partir de indicadores, três dimensões do processo de desenvolvimento sustentável - ambiental, urbana e financeira.⁴⁰

O governo estadual deve ajudar os municípios no processo de desenvolvimento. Afinal, certos temas de interesse comum merecem avanços reais no campo da descentralização e integração de políticas públicas - mobilidade, habitação, segurança pública, cultura, espaços públicos, águas e saneamento, coleta lixo e meio ambiente. Políticas públicas pensadas de forma democrática, participativa e descentralizada são necessárias.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) – Guarapari, Vila Velha, Cariacica, Viana, Vitória, Serra e Fundão - é de reconhecida importância econômica entre nós.⁴¹ Do ponto de vista do fenômeno histórico conhecido como policentrismo, era esperado que houvesse o espraiamento de atividades econômicas na região. Entretanto, desde os debates públicos de 2012 estava claro que, com a “desidratação” do Fundo de Fomento às Atividades Portuárias (Fundap) pela resolução 13 do Senado, de abril daquele ano, algo precisaria ser efetivamente feito no campo da gestão pública para impulsionar novas atividades econômicas na região. Infelizmente, o governo estadual muito pouco fez para coordenar esse esforço nesse importante espaço geográfico.

A evolução da RMGV para uma instância deliberativa e gestora de ações executivas será objeto de aprofundamento das relações institucionais do governo estadual com os municípios da região⁴². Para tanto, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit), por sua vez, precisará funcionar efetivamente nesse sentido.

³⁹ Cidades inteligentes são cidades sustentáveis, inovadoras, acolhedoras e humanas:

http://www.nesta.org.uk/sites/default/files/rethinking_smart_cities_from_the_ground_up_2015.pdf

⁴⁰ <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/7743/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gestao-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf?sequence=12&isAllowed=y>

⁴¹ Diagnósticos e reflexões sobre o assunto constam na interessante publicação editada por Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira Júnior e Latussa Laranja Monteiro, “Vitória: transformações na ordem urbana” (Observatório das Metrôpoles, 2014).

⁴² Cf. Estatuto da Metrôpole e a Região Metropolitana de Vitória,

<<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4320-nt-48-o-estatuto-da-metropole-e-a-regiao-metropolitana-de-vitoria>>.

Nada impede o governo estadual de criar e coordenar democraticamente conselhos de desenvolvimento para as demais regiões capixabas para tratar as políticas públicas de interesse comum. Precisamos desenvolver juntos, com um diálogo plural, parcerias e políticas públicas, as potencialidades municipais e regionais no Espírito Santo - turismo, agronegócios, indústrias, economia criativa, comércio e serviços. Há muito trabalho e esforço político pela frente. Juntos, podemos sempre mais!

Defendemos um olhar atencioso para o uso e a difusão de “tecnologias sociais”, também compreendidas como metodologias para a inclusão social, construídas em interação com as comunidades e por elas apropriadas.⁴³ Estamos falando de políticas públicas capazes de abordar a relação ciência-tecnologia-sociedade num sentido mais coerente com a nossa realidade e com o futuro que a sociedade deseja construir. Buscaremos dialogar para construir a Rede Capixaba de Tecnologia Social para dar assistência técnica aos municípios e às regiões. Para tanto, contaremos com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapes), em parceria com a rede do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), devido a sua capilaridade em nosso território e ao expressivo conhecimento técnico presente na respectiva instituição. Buscaremos acrescentar outros parceiros à rede, pois o processo de desenvolvimento democrático é complexo e requer a contribuição de todos.

⁴³ http://www.redtisa.org/Miolo_Tecnologia_Social.pdf